

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO

do alinhamento da 1ª série da 3ª emissão de Debêntures Simples¹ da Eletrobras CGT Eletrosul com o *Green Bond Framework* da Eletrobras

Valor da 3ª emissão, 1ª série:	R\$ 185.000.000,00
Alinhamento com categorias do Framework	Transmissão de energia
Verificação de alinhamento aos critérios de ‘Uso dos Recursos’ definidos no Framework	
✓ A 1ª série da 3ª emissão de debêntures da CGT Eletrosul, realizada em 10 de setembro de 2021 e liquidada em 22 de setembro de 2021, foi baseada no <i>Green Bond Framework</i> da Eletrobras (controladora). ✓ Em conformidade com o <i>Green Bond Framework</i>, os recursos associados à emissão de debêntures verdes foram utilizados para reembolso e gastos com investimentos em reforços e melhorias de linhas de transmissão ligadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) de energia elétrica. ✓ Verificou-se que o período de <i>lookback</i> dos gastos reembolsados é de 24 meses anteriores à emissão, como estipulado no Framework. ✓ Via escritura da emissão, a emissora comunicou o percentual dos recursos destinados ao financiamento de cada projeto. ✓ Dessa forma, o uso dos recursos está alinhado ao <i>Green Bond Framework</i> da Eletrobras.	
Verificação de alinhamento aos critérios de ‘Avaliação e Seleção de Ativos’ definidos no Framework	
✓ O processo de avaliação da elegibilidade dos projetos seguiu as 3 etapas definidas no Framework. ✓ Na etapa de análise inicial foi verificado que as licenças ambientais e demais autorizações pertinentes estão vigentes. Por meio de relatório oficial corporativo, foi verificado que para a seleção dos projetos a companhia possui processos internos baseados nos Padrões de Desempenho do <i>International Finance Corporation</i> (IFC), conforme definido no Framework, mas sem apresentar evidências de aplicação específica desses processos para os projetos avaliados. Nesta mesma etapa, foi verificado que os projetos atendem os critérios de enquadramento de reforços e melhorias de linhas de transmissão, e que a média móvel (dos cinco anos anteriores à emissão) do fator de emissões do SIN está abaixo 100 gCO₂-eq/kWh; ✓ Na etapa de avaliação dos critérios ESG foi verificado o processo de avaliação de atendimento aos critérios estabelecidos no Framework; ✓ Na etapa de priorização de projetos <i>Brownfield</i>, a companhia realizou reembolsos de gastos realizados com 24 meses de anterioridade à emissão do título, estando alinhado ao contemplado no Framework; ✓ Dessa forma, a avaliação e seleção de ativos está alinhada ao <i>Green Bond Framework</i> da Eletrobras.	
Verificação de alinhamento aos critérios de ‘Gestão e Controle dos Recursos’ definidos no Framework	
✓ A CGT Eletrosul reportou ao Agente Fiduciário a comprovação dos desembolsos, demonstrando monitoramento dos recursos da emissão; ✓ Os recursos captados vêm sendo temporariamente alocados em fundo de investimento em títulos públicos, que está em conformidade com o previsto no Framework; ✓ A previsão de alocação total dos recursos é de até 29 meses após a emissão, sendo um prazo inferior ao vencimento do título (15 de setembro de 2029, 8 anos), como disposto no Framework; ✓ Dessa forma, a gestão e controle de recursos está alinhada ao <i>Green Bond Framework</i> da Eletrobras.	
Verificação de alinhamento aos critérios de ‘Relato’ definidos no Framework	
✓ A emissora reportou ao Agente Fiduciário e via Reporte Anual de Título Verde 2021 a alocação dos recursos a nível de projeto e a nível agregado; ✓ 65,9% dos recursos já foram alocados nos projetos objeto da emissão; Ainda não há reporte sobre o instrumento financeiro em que foram alocados temporariamente os recursos da emissão. O Reporte Anual de Título Verde 2021 detalha os benefícios socioeconômicos de cada projeto, não abrangendo todos os indicadores do relatório de impacto definidos no Framework. Entretanto, ainda não foi atingido o prazo para reporte estipulado no Framework (1 ano após a emissão); ✓ Dessa forma, o reporte está alinhado ao <i>Green Bond Framework</i> da Eletrobras.	

¹ 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil – Eletrobras CGT Eletrosul.

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment* – IRRI 2019 e a primeira organização brasileira a avaliar títulos verdes.

Sumário

1. Escopo.....	3
2. Verificação	5
2.1. Uso dos Recursos	6
2.2. Avaliação e Seleção de Ativos.....	7
2.3. Gestão e Controle dos Recursos.....	10
2.4. Reporte	11
2.4.1. Alocação dos Recursos	11
2.4.2. Relatório de Impacto.....	12

1. Escopo

O objetivo deste Relatório de Verificação é avaliar o alinhamento da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil – Eletrobras CGT Eletrosul (“CGT Eletrosul”), realizada em setembro de 2021, com o *Green Bond Framework* da Eletrobras.

Somente a Primeira Série da 3ª Emissão de Debêntures é caracterizada na escritura da operação como Debêntures Incentivadas (Lei nº 12.431) e foi baseada no *Green Bond Framework* da Eletrobras (controladora). Portanto, o objeto da presente verificação é a Primeira Série da emissão (ou “debêntures verdes”) com volume total de R\$ 185.000.000, destinada exclusivamente para pagamentos futuros e reembolsos dos custos relacionados ao desenvolvimento, construção e operação de projetos de reforços em subestações e linha de transmissão de energia elétrica da CGT Eletrosul.

A verificação da SITAWI está baseada nas características da emissão e processo de alocação de recursos para os projetos verdes elencados durante a pré-emissão e lastreados no Framework da Eletrobras.

Esta verificação utilizou informações e documentos fornecidos pela CGT Eletrosul, sendo alguns de caráter confidencial; pesquisa de mesa; além de outros elementos adquiridos em entrevistas com equipes responsáveis pelas emissões das debêntures e pela gestão empresarial, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado entre abril e julho de 2022.

O processo de verificação consistiu em:

- Planejamento da verificação;
- Realização da verificação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e verificação;
- Elaboração da conclusão da verificação;
- Preparação do relatório de verificação.

O processo de verificação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de assecuração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Eletrobras CGT Eletrosul ou de suas subsidiárias. A SITAWI foi responsável pela consultoria para a elaboração do *Green Bond Framework* da Eletrobras em abril de 2021, porém não foi responsável por sua avaliação externa, conduzida no modelo Segunda Opinião pela Vigeo Eiris. Desta forma, a SITAWI declara estar apta a emitir um relatório de verificação a respeito do alinhamento da emissão ao mencionado Framework.

As análises contidas nesse relatório são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI² não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as análises e verificações apresentadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

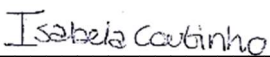
² A responsável final por esse relatório é a NINT - NATURAL INTELLIGENCE LTDA.

2. Verificação

Com base na verificação realizada, a opinião da SITAWI é que a 3ª Emissão de Debêntures da 1ª Série da CGT Eletrosul, de 10 de setembro de 2021, está alinhada ao previsto no *Green Bond Framework* da Eletrobras, que estabelece diretrizes para aplicação e estruturação de mecanismos de financiamento verde no âmbito do Sistema Eletrobras.

O escopo da verificação incluiu as categorias de Alocação dos Recursos ([seção 2.1](#)), Avaliação e Seleção dos Ativos ([seção 2.2](#)), Gestão e Controle dos Recursos ([seção 2.3](#)) e Reporte ([seção 2.4](#)).

Equipe técnica responsável


Natalia Lajo
Analista Sênior
natalia.lajo@nintgroup.com
Isabela Coutinho
Coordenadora ASG
isabela.coutinho@nintgroup.com
Cristóvão Alves
Avaliador Líder
cristovao.alves@nintgroup.com
Gustavo Pimentel
Revisor e Controle de Qualidade
gustavo.pimentel@nintgroup.com

Rio de Janeiro, 13/07/2022.

2.1. Uso dos Recursos

Conforme o *Green Bond Framework* da Eletrobras, os projetos objeto da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da CGT Eletrosul, realizada em 10 de setembro de 2021 e liquidada em 22 de setembro de 2021³, correspondem a infraestruturas de melhorias e reforços de subestações e seccionamento de linha de transmissão da CGT Eletrosul, estando enquadrados na categoria 'Transmissão de Energia', prevista no Framework.

De acordo com o documento, os investimentos em projetos elegíveis em construção ou em operação devem ter sido realizados até 24 meses antes da emissão do título verde. Segundo os Relatórios do Sistema SAP fornecidos pelo Departamento de Engenharia e Sistemas de CGT Eletrosul, foi possível verificar que os gastos reembolsados, realizados a partir de setembro de 2019 representam 2,7% do total da emissão. Como apresentado na Tabela 1. Maiores detalhes da alocação dos recursos na seção *Reporte*.

Tabela 1. Alocação da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da CGT Eletrosul

Custos totais estimados	Valor da emissão	Alocação dos recursos da emissão			
		2019	2020	2021*	Saldo a realizar
196.269.263,44	185.000.000,00	5.017.475,82	69.484.211,80	47.360.592,51	63.137.719,87

Fonte: Relatórios do Sistema SAP - Departamento de Engenharia e Sistemas da CGT Eletrosul.

(*) 2021: Realização até 31 de dezembro de 2021.

Tanto na escritura da emissão como no documento Descritivo de Projetos de Transmissão – 3ª emissão (também denominado Framework da CGT Eletrosul) datado de setembro de 2021, estão elencados projetos na categoria de transmissão de energia relacionados a obras de melhorias e reforço de subestações e seccionamento de linha de transmissão.

Como previsto no Framework, a holding Eletrobras e suas subsidiárias se comprometem a comunicar no documento da emissão para os potenciais investidores o percentual dos recursos verdes direcionados para financiamento e refinanciamento dos projetos elegíveis. Verificou-se que na escritura da emissão, na cláusula 3.4.2. referente a "Destinação dos Recursos", está especificado por projeto o percentual estimado dos recursos captados por meio das debêntures incentivadas (somente a 1ª série), que totalizam R\$ 185 milhões.

Verificou-se que os projetos de melhorias e reforços de subestações e seccionamento estão alinhados à categoria de Transmissão de Energia do Framework, que a emissora comunicou aos investidores, via escritura da emissão, o percentual dos recursos verdes destinados ao financiamento dos projetos. O período de *lookback* dos reembolsos é igual aos 24 meses estabelecidos no Framework. Portanto, o uso dos recursos está alinhado ao *Green Bond Framework*.

³ Conforme Formulário de Encerramento de Oferta Pública com Esforços Restritos da 1ª série da 3ª emissão, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), disponibilizado pela CGT Eletrosul.

2.2. Avaliação e Seleção de Ativos

A verificação do processo de avaliação da elegibilidade dos projetos foi realizada em cada uma das 3 etapas, de acordo com o estabelecido no Framework:

Análise inicial: O documento ‘Descritivo dos Projetos de Transmissão – 3ª emissão da CGT Eletrosul’ tem por objetivo demonstrar que a seleção dos ativos está alinhada ao *Green Bond Framework* da Eletrobras. Nele consta a descrição técnica de cada projeto elegível e os potenciais benefícios que trariam para a rede elétrica com o escoamento de energia renovável. Verificou-se, na seção *Uso de Recursos*, que a alocação nos projetos atende ao critério de reembolsos de gastos realizados em até 24 meses anteriores à data da 3ª emissão. Como informado pela empresa, a alocação integral dos recursos ocorrerá em fevereiro de 2024, coincidindo com a conclusão do último projeto, isto é, em 29 meses após a emissão e antes do vencimento do título, em conformidade com o disposto no Framework.

A ausência de licenças ambientais vigentes, a não conformidade com os critérios ASG (definidos no Anexo do Framework) ou com os Padrões de Desempenho (PD) do *International Finance Corporation* (IFC) são considerados critérios de exclusão de projetos. Em relação à inclusão dos critérios ASG no processo de seleção dos projetos, o “Descritivo dos Projetos de Transmissão” faz referência a tais critérios ao considerar a elegibilidade dos projetos (mais detalhes na etapa *Avaliação dos critérios ASG*).

Quanto à inclusão dos PD no mesmo processo, a CGT Eletrosul, por meio do “Relatório Complementar de Verificação dos Padrões de Desempenho do *International Finance Corporation* (IFC)” assinado pelas Gerências da Divisão de Gestão Ambiental e do Departamento de Gestão Ambiental e Fundiária, forneceu informações sobre o atendimento destes padrões. Ressalta-se que três deles (PD 5 – *Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário*, PD 7 - *Povos Indígenas*, e PD 8 – *Patrimônio Cultural*) não foram aplicáveis no processo de seleção devido à própria natureza dos projetos objeto da emissão, que trataram de reforços e melhorias (substituição de equipamentos ou obra em área de empreendimentos que já se encontravam em operação).

A seguir a descrição do atendimento dos PD. Vale comentar que as evidências trazidas pela Eletrosul em relação à avaliação frente aos PD do IFC dizem respeito a duas práticas e políticas aplicáveis a todas as suas atividades, e não às análises exclusivas e/ou limitadas aos projetos elegíveis.

- PD 1 – *Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais*: A companhia possui uma matriz de riscos que envolve a gestão socioambiental dos empreendimentos, que tem no seu escopo o atendimento das condicionantes das licenças ambientais, da Legislação Ambiental, assim como a mitigação e/ou compensação dos impactos socioambientais dos empreendimentos e o monitoramento dos indicadores que a companhia considera na gestão da sustentabilidade. Essa matriz é aplicada a todos os projetos.
- PD 2 – *Condições de Emprego e Trabalho*: A companhia adotou ferramentas digitais com foco na redução da taxa de acidentes, embora os acidentes de terceirizados não estejam cobertos pelo sistema de gestão, esses dados foram avaliados constantemente. A gestão neste âmbito está respaldada pelas Políticas de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social e Funcional, e também pelos programas de benefícios para empregados diretos e dependentes. Quanto aos fornecedores, como requisito contratual, os mesmos devem cumprir diretrizes e políticas que salvaguardam a segurança da mão de obra; também, seu desempenho foi avaliado por meio da aplicação da *due diligence* de meio ambiente e direitos humanos.

- PD 3 – *Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição*: O Sistema de Gestão Ambiental e Fundiária, a Política Ambiental, o Comitê de Meio Ambiente e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial fundamentam a gestão de recursos e prevenção da poluição. Também são executados programas específicos considerando as particularidades de cada empreendimento.
- PD 4 – *Saúde e Segurança da Comunidade*: As ações de segurança executadas obedeceram ao tipo dos projetos, isto é, obras em subestações, que incluíram sinalização, limitação de velocidade dos veículos, medidas para evitar a dispersão de particulados e a proliferação de animais oportunistas, minimização da emissão de ruídos, e um sistema de coleta, tratamento e disposição final do esgoto gerado. Também, a companhia disponibilizou um canal de diálogo com a comunidade e um sistema de atendimento permanente e ouvidoria.
- PD 6 – *Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos*: Os projetos de reforços e melhorias, que requerem aperfeiçoamento e troca de equipamentos, não causam impactos adicionais à biodiversidade local; porém, a companhia possui procedimentos de avaliação, mitigação e compensação dos impactos dos projetos que incluem a elaboração de estudos, execução de programas ambientais, gestão associada ao licenciamento ambiental, supressão vegetal acompanhada por profissional habilitado para realizar resgate brando e afugentamento de fauna.

Após essa triagem, a Diretoria Executiva da Eletrobras foi responsável pela aprovação da proposta de projetos elegíveis apresentada na etapa de pré-emissão. Os recursos da emissão estão sendo destinados a projetos com licenças prévias, de instalação ou de operação vigentes ou em processo de solicitação de licença de operação, assim como autorizações de obras de ampliação e documentos que atestam o encaminhamento dos relatórios de atendimento às condicionantes das licenças.

Quanto à Autorização de Supressão Vegetal, o Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária da CGT Eletrosul determinou que para nenhum dos projetos se aplica tal requisito, com exceção dos Projetos de Recapitação da LT 230 kV Blumenau – Joinville Norte, Blumenau - Joinville e Joinville – Joinville Norte, para os quais se está aguardando dita documentação para início do processo de licenciamento. Por meio da Solicitação de Análise Jurídica – SAJU (SJ DMO-0005/2014), datada em julho de 2014, fica disposto que os imóveis da CGT Eletrosul, mesmo aqueles registrados como rurais, não estão sujeitos ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma vez que a legislação não contempla os imóveis vinculados à concessão de geração e transmissão de energia elétrica.

Em atendimento aos três critérios para projetos de transmissão estabelecidos no Framework, os projetos objeto da 3ª emissão correspondem a: 1) melhorias e reforços de projetos de linhas de transmissão, 2) as linhas de transmissão, das quais fazem parte, são dedicadas à criação de uma conexão direta ou expansão de uma conexão existente com unidades de geração de energia renovável, como definido no documento Descritivo dos Projetos de Transmissão, e 3) as linhas de transmissão, das quais fazem parte, pertencem ao Sistema Interligado Nacional, cuja média móvel do fator de emissões de CO₂ é igual ou menor do que 100gCO₂eq/kWh nos cinco anos anteriores à emissão, sendo esse fator verificado no *website* do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

Avaliação dos critérios ASG: O ‘Descritivo dos Projetos de Transmissão – 3ª emissão’ foi elaborado com apoio das áreas ambiental, de operação e de transmissão da companhia para demonstrar o atendimento aos critérios ASG. Este documento relata como resultados que os projetos selecionados atendem os requisitos ambientais,

sociais e de governança conforme o Anexo 1⁴ do Framework. A avaliação do atendimento dos critérios ASG está inclusa na Proposta para Resolução da Diretoria, a mesma que aprova a adesão dos projetos elegíveis como verdes. No Relatório à Diretoria Executiva sobre a anuência da Eletrobras para “inclusão de selo verde na emissão da CGT Eletrosul”, é exposto que a avaliação da elegibilidade dos projetos inclui o atendimento dos requisitos ASG descritos no Framework. Cabe ressaltar que é apresentado no referido Descritivo de Projetos o estado de licenciamento ambiental de cada projeto.

Priorização: O Framework determina a priorização para projetos *Greenfield*, mas projetos *Brownfield* também podem ser priorizados, como é o caso do portfólio objeto da 3ª emissão da CGT Eletrosul, que está composto por projetos de ampliação de subestações existentes e seccionamento de linha de transmissão. Neste caso, e em conformidade com o Framework da Eletrobras, a priorização depende da avaliação da Diretoria Executiva da subsidiária.

Na primeira etapa de avaliação de elegibilidade dos projetos foi verificado que as licenças ambientais estão vigentes, e que a companhia, possui processos internos baseados nos Padrões de Desempenho do IFC na seleção dos projetos. Para a mesma etapa, foi verificado que os projetos se enquadram seguindo os critérios estabelecidos no Framework, e que a média móvel do fator de emissões de CO₂ do SIN nos cinco anos anteriores à emissão é inferior 100 gCO₂eq/kWh. Na segunda etapa foi informado que a empresa avaliou os critérios ASG dos projetos, contando com apoio das diferentes áreas envolvidas e passando pela aprovação da Diretoria Executiva. Na terceira etapa, foi verificado que a priorização dos projetos realizada atende ao previsto no Framework. Portanto, a avaliação e seleção de ativos está alinhada ao *Green Bond Framework* da Eletrobras.

⁴ **Critérios Ambientais:** Licenciamento ambiental e demais autorizações; unidades de conservação e outras áreas relevantes para a conservação ambiental; terras indígenas e comunidades tradicionais (conforme Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais); Patrimônio arqueológico, histórico, cultural, paleontológico, espeleológico e natural; Uso e ocupação do solo; Situação fundiária.

Critérios Sociais: Comunicação ou relacionamento com a população atingida; Comunicação ou relacionamento com a população atingida; Respeito aos direitos humanos; Saúde e segurança do trabalho.

Critérios de Governança: Ética, políticas anticorrupção; Transparência; Auditoria externa.

2.3. Gestão e Controle dos Recursos

Como estabelecido no Framework e conforme a escritura da emissão, foi verificado que os recursos líquidos obtidos por meio da emissão de debêntures verdes estão sendo destinados a projetos de reforços de subestações e seccionamento de linha de transmissão de energia elétrica da CGT Eletrosul autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e, nos termos da Lei nº 12.431, aprovados como projetos prioritários pelo Ministério de Minas e Energia (MME) por meio da Portaria nº 389 de 27 de outubro de 2020 e da Portaria nº 850/SPE de 20 de agosto de 2021.

Em atendimento ao disposto no Framework, a alocação dos recursos captados é monitorada continuamente, como verificado nos documentos “Declaração Referente Comprovação da Destinação de Recursos das Debêntures 3ª Emissão” e “Informações para Relatório GREEN BOND”, que descrevem os desembolsos realizados para cada projeto no período 2019 – 2021. O prazo previsto pela companhia para a alocação integral dos recursos da emissão é fevereiro de 2024, coincidindo com a previsão de energização do Projeto 12, isto é, 29 meses após a data da emissão e antes do vencimento da 1ª série das debêntures (15 de setembro de 2029), como previsto no Framework.

Em conformidade com o Framework, o montante líquido dos recursos temporariamente não alocados nos projetos vem sendo mantido em instrumento financeiro de baixo risco de contaminação por ativos carbono-intensivos. O instrumento em questão (Tabela 2) trata-se de um fundo de investimento⁵ em renda fixa com 99,98% de seu portfólio investido em títulos públicos (99,17% em Letras do Tesouro Nacional e 0,81% em Notas do Tesouro Nacional).

Tabela 2. Fundo em que investe a CGT Eletrosul

Fundo	CNPJ	Administrador
BB Extramercado FAE 2 Fundo de Investimento em Renda Fixa	17.209.712/0001-18	BB Gestão de Recursos – BB DTVM S.A.

Fonte: CGT Eletrosul.

Caso algum dos projetos deixe de atender aos critérios de elegibilidade descritos no Framework, os recursos deverão ser alocados para outros projetos verdes elegíveis até o prazo do vencimento do título.

Quanto ao monitoramento dos recursos, da sua alocação temporária em instrumento de baixo risco e do pagamento dos juros e principal das debêntures, foi verificado seu atendimento conforme aos critérios do Framework; também foi verificado o atendimento do período de alocação integral dos recursos. Portanto, a gestão e controle dos recursos está alinhada ao *Green Bond Framework* da Eletrobras.

⁵ Informação da composição da carteira do fundo extraída das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020. Disponível em: [Microsoft Word - 957224 - 06 - 957224 - 4819 BB Extramercado FAE 2 FI RF](#)

2.4. Reporte

Dentre a documentação revisada para a verificação do alinhamento do reporte de indicadores financeiros e socioambientais com o Framework da Eletrobras, tem-se os seguintes documentos divulgados pela Eletrosul:

- Reporte Anual de Título Verde 2021⁶
- Descritivo dos Projetos de Transmissão – 3ª emissão⁷

2.4.1. Alocação dos Recursos

No Framework está determinado que a alocação dos recursos deve ser reportada a nível de projeto e a nível agregado anualmente. Vale ressaltar que o prazo para o primeiro reporte (1 ano após a emissão) ainda não foi atingido. Dessa forma, a emissão está de acordo com o estabelecido no Framework. Entretanto, a Eletrosul já elaborou o Reporte Anual de Título Verde 2021, que está disponibilizado no *website* da companhia. Em seguida, está a descrição dos reportes já realizados.

A nível de projeto, a CGT Eletrosul reportou ao Agente Fiduciário, por meio da “Declaração Referente Comprovação da Destinação de Recursos das Debêntures 3ª Emissão”, datado em 8 de março de 2022, o estado da alocação dos recursos líquidos da emissão de debêntures verdes (Tabela 3). No Descritivo dos Projetos, disponibilizado no *website* da companhia, são apresentadas as características de cada projeto (capacidade instalada, localização do projeto, fonte geradora, tecnologia utilizada). Já no Reporte Anual de Título Verde 2021 são descritos para cada projeto os custos totais, o valor investido até 31/12/2021, o percentual já alocado e o *status* de licenciamento ambiental.

Tabela 3. Alocação por projeto da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da CGT Eletrosul

Projeto	Definição do Projeto	Custos totais estimados (R\$)	Total alocado da Emissão até 31/12/2021		Saldo a realizar		Status do Projeto
			R\$	%	R\$	%	
Projeto 1	SE.7004	34.482.521,22	33.397.889,29	96,9%	1.084.631,93	3,1%	SE Londrina concluída em 28/06/2020. SE Ijuí concluída em 05/12/2020
Projeto 2	SE.7005/LT.7000	10.568.075,10	10.145.988,54	96,0%	422.086,56	4,0%	Concluída em 14/12/2020
Projeto 3	SE.7006	15.752.283,44	15.022.106,13	95,4%	730.177,31	4,6%	Concluída em 23/12/2020
Projeto 5	SE.7012	1.342.106,76	1.680.763,27	125,2%	-338.656,51	-25,2%	Concluída em 30/04/2021
Projeto 6	SE.7007	39.613.755,34	36.027.932,00	90,9%	3.585.823,34	9,1%	Em andamento
Projeto 7	SE.7008	8.575.475,11	6.002.939,63	70,0%	2.572.535,48	30,0%	Concluída em 28/07/2021
Projeto 8	SE.7009	20.884.590,00	18.735.821,87	89,7%	2.148.768,13	10,3%	Concluída em 15/12/2021
Projeto 9	STSE.0010	4.730.000,00	1.027.467,09	21,7%	3.702.532,91	78,3%	Em andamento
Projeto 10	STSE.0011	2.738.000,00	518.126,85	18,9%	2.219.873,15	81,1%	Em andamento
Projeto 11	STSE.0016	2.738.000,00	365.735,87	13,4%	2.372.264,13	86,6%	Em andamento
Projeto 12	STLT.0002	12.411.664,21	239.871,55	1,9%	12.171.792,66	98,1%	Em andamento

⁶ Disponível em:

<https://www.cgteletrosul.gov.br/files/files/sustentabilidade/Reporte%20Anual%20de%20T%C3%ADtulo%20Verde%202021.pdf>

⁷ Disponível em: <https://www.cgteletrosul.gov.br/files/files/sustentabilidade/Descritivo%20projetos%20-%20GB%20vers%C3%A3o%20final%20com%20Crit%C3%A9rios%20ASG%20-%20Assinatura.pdf>

Projeto 13	STLT.0003	12.370.393,97	40.381,47	0,3%	12.330.012,50	99,7%	Em andamento
Projeto 14	STLT.0004	569.285,66	62.575,69	11,0%	506.709,97	89,0%	Em andamento
Projeto 15	SE.7013.93, SE.7013.94, STSM.0001, Itens a serem excluídos no SAP	29.493.112,63	1.164.590,08	3,9%	28.328.522,55	96,1%	Em andamento
Total		196.269.263,44	124.432.189,33	63,4%	71.837.074,11	36,6%	

Fonte: Departamento de Engenharia e Sistemas da CGT Eletrosul.

(*) Dos 17 itens que compõe o Projeto 15, apenas SE.7013.93, SE.7013.94 e STSM.0001 receberam recursos da emissão, representando 38%, 65% e 2% do seu valor total estimado, respectivamente.

Como se observa na Tabela 3, os recursos líquidos da emissão já alocados até 31 de dezembro de 2021 representam 63,4% dos custos totais, os mesmos que foram destinados aos 14 projetos de reforços de subestações e seccionamento de LT. Ressalta-se que o Projeto 5 recebeu um montante superior em 25% ao seu custo total estimado inicialmente, e nos Projetos 1, 2, 3 e 6 já foi alocado mais do 90% de seu valor total.

A nível agregado, a CGT Eletrosul informou que o valor total da emissão, R\$ 185 milhões, representa 94,26% dos custos totais estimados dos projetos, de R\$ 196 milhões. Como apresentado na Tabela 1 (seção *Uso dos Recursos*), os recursos da emissão destinados para o reembolso dos gastos realizados no período 2019-2021 representam 2,7% (2019), 37,6% (2020) e 25,6% (2021), respectivamente para cada ano, totalizando 65,9% do valor total da emissão. No Relatório Anual de Título Verde 2021 também é informado a nível agregado o valor da emissão e o montante já alocado nos projetos, assim como o capital próprio e o investimento a realizar. Cabe ressaltar, como informado pela companhia, que a emissão se trata de uma *Operação Clean* por ser emitida sem garantia da Holding Eletrobras.

Como informado pela CGT Eletrosul, desde 22 de fevereiro até 09 de setembro de 2019, o montante de R\$ 2.569.909,20 foi direcionado para os projetos, sendo estes recursos considerados como gastos não financiáveis pelas debêntures incentivadas devido a sua realização anterior a 24 meses à data da emissão. Portanto, dos R\$ 124 milhões da emissão já alocados, R\$ 2,6 milhões irão compor a contrapartida dos recursos ainda a serem alocados pela companhia.

A CGT Eletrosul apresentou o extrato da conta que possui no fundo de investimento em que aloca os recursos temporariamente (descrito na seção *Gestão e Controle dos Recursos*), datado em 06 de abril de 2022, constatando a disponibilidade dos recursos para a conclusão dos projetos.

2.4.2. Relatório de Impacto

O Framework estabelece que os indicadores de impacto dos projetos serão divulgados para os investidores no *website* ou no relatório anual de sustentabilidade da empresa, sendo que a 3ª emissão das debêntures foi realizada em setembro de 2021. Dessa forma, o prazo para relato ainda não foi atingido, mas como mencionado anteriormente, a Eletrosul disponibilizou o Relatório Anual de Título Verde 2021 no seu *website*, no qual são detalhados os benefícios socioeconômicos de cada projeto.

Segundo o estipulado no Framework, o indicador a ser relatado para projetos de transmissão de energia trata-se do fator de emissões de CO₂ do SIN (Tabela 4), o qual apresenta uma média móvel abaixo de 100 gCO₂/kWh nos últimos 5 anos anteriores à emissão. O relatório desse indicador não consta no documento “Informações para

Relatório GREEN BOND” nem no Reporte Anual de Título Verde nem nos outros meios de divulgação já realizados.

Tabela 4. Fator de missões de CO₂ do SIN

Ano	gCO ₂ /kWh
2016	81,7
2017	92,7
2018	74,0
2019	75,0
2020	61,7
Média	77,02

Fonte: MCTI (2021)⁸.

Quanto ao indicador de saúde e segurança, a CGT Eletrosul publica no Balanço Social as contingências e passivos trabalhistas, mas não consta o número de acidentes fatais e severos. A companhia informou que em 2021 houve apenas 01 acidente não fatal com afastamento de um terceiro durante a execução de manutenção da SE de Areias. O acidente não está relacionado com os projetos de ampliação e reforços financiados com 3ª emissão de debêntures, a companhia deu o atendimento pertinente ao trabalhador que se encontra em fase de recuperação domiciliar.

Sobre os indicadores relacionados às comunidades, não há evidências do reporte do número e descrição das ações sociais implementadas nem do número de seus beneficiários. No documento “Informações para Relatório GREEN BOND” assim como no Reporte Anual de Título Verde 2021 consta o número de empregos diretos e indiretos gerados por cada um dos projetos.

Sobre o número e descrição das ações para proteção e restauração da biodiversidade impactada pelos projetos, a companhia conta com os seguinte relatórios: Plano de Controle Ambiental (PCA) do projeto de ampliação “N” da SE Siderópolis 230/69 kV, de agosto de 2021; Relatório Ambiental Simplificado (RAS) da ampliação “D” da SE Missões 230/69 kV, de março de 2021; Relatório de Implantação da ampliação “A” da SE Londrina COPEL, de março de 2021; PCA da ampliação “L” da SE Joinville/230/138/69 kV, de maio de 2019; Relatório de Implantação da ampliação “B” da SE Desterro, de novembro de 2020; PCA da ampliação fases 01 e 02 da SE Palhoça, de fevereiro de 2019; Relatório Técnico da ampliação “A e B” da SE Ijuí 2, de outubro de 2020; Relatório Técnico de supervisão ambiental e execução dos programas ambientais relacionados à ampliação “B” da SE Caxias 6, de março de 2021. No Reporte Anual de Título Verde 2021 é destacado que para a realização das obras não houve necessidade de autorização de supressão de vegetação.

O Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária da CGT Eletrosul, e como consta no Reporte Anual de Título Verde 2021, informou que não houve controvérsias socioambientais relacionadas aos projetos e à empresa no último ano.

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/clima/paginas/fator-medio-inventarios-corporativos>

Verificou-se que a CGT Eletrosul reportou até 31 de dezembro de 2021 a alocação dos recursos a nível projeto e agregado. 65,9% dos recursos já foram alocados nos projetos definidos na escritura da operação e no *Green Bond Framework* da Eletrobras. Não há reporte dos recursos que ainda não foram utilizados nos projetos e que estão alocados temporariamente em instrumento financeiro de baixo risco de contaminação por ativos carbono-intensivos. Os indicadores do Relatório de Impacto são relatados parcialmente no Reporte Anual de Título Verde 2021; porém o prazo para o reporte e divulgação da Alocação dos Recursos e do Relatório de Impacto ainda não foi atingido. Portanto, o reporte está alinhado ao *Green Bond Framework* da Eletrobras.